

PARECER JURÍDICO**Processo Administrativo:** 1982/2025**Interessado:** Coordenadoria de Água e Esgoto**Referência:** Aquisição de Motovibrador BFG 6.5 Part. Manual, gasolina - 60640.**I. RELATÓRIO**

Trata-se de análise sobre a possibilidade de aplicar Dispensa de Licitação na aquisição de Motovibrador BFG 6.5 Part. Manual, gasolina - 60640, conforme as descrições estipuladas no edital.

A licitação é o procedimento obrigatório à Administração Pública para efetuar suas contratações, consoante preceitua o art. 37, inciso XXI, Constituição Federal, ressalvados os casos em que a Administração pode ou deve deixar de realizar licitação.

1/3

II. ANÁLISE JURÍDICA

O processo administrativo teve início com a requisição formulada pela Coordenadoria de Água e Esgoto, descrevendo sua necessidade e justificando sua pretensão. Sugeriu a Pregoeira que o feito fosse atendido através de **Dispensa Eletrônica**, atendendo ao que dispõe o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

No que diz respeito à justificativa de preço, a autarquia deve demonstrar que a oferta da empresa está alinhada com os parâmetros praticados no mercado. Para respaldar essa demonstração, é necessário anexar ao processo 3 (três) propostas comerciais idôneas, o que se constata nos autos em apreço.

Nesse contexto, uma outra inovação introduzida pela Lei nº 14.133/2021, no que se refere à pesquisa de preços, consiste na obrigatoriedade de seguir o mesmo

procedimento estipulado pelo art. 23. Este artigo trata dos parâmetros utilizados para estabelecer o valor estimado da contratação, conforme se encontra expresso a seguir:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

2/3

Não obstante, a seleção da proposta mais vantajosa é imperativa, conforme estabelecido no §2º do art. 75 da Nova Lei de Licitações.

III. CONCLUSÃO

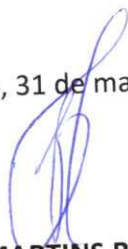
Cumpre informar que o presente parecer é meramente opinativo, com o intuito de orientar os gestores competentes na resolução das questões postas em análise, de acordo com a documentação apresentada. Não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.



Assim, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos, bem como diante das peculiaridades do caso concreto, opino pelo prosseguimento do pedido, desde que observado os parâmetros legais.

S.M.J., este é o Parecer.

Barra Mansa, 31 de março de 2025.



BIANCA MARTINS RODRIGUES

Coordenadora Jurídica

Matrícula n. 99061